

PSTU - UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA PARA A PREFEITURA

INTRODUÇÃO

Quando as crises econômica, política e ambiental assolam o mundo, o sistema capitalismo mostra sua verdadeira face: crescimento da ultra-direita, de conflitos armados e mortos, de catástrofes ambientais, do número de desempregados e de refugiados. Isso não é novidade. O dinheiro dos altos impostos pagos pelos que trabalham são retirados dos serviços públicos e desviados para as mãos dos grandes empresários e banqueiros.

Os que governam, não fazem outra coisa que enganar a maioria da população. Bolsonaro, que se elegeu dizendo que combateria a corrupção, se aliou com os mesmos corruptos do centrão que apoiaram os governos do PT e do PSDB, sempre em troca de dinheiro público. De volta ao governo, Lula cumpre as destinações do orçamento secreto de Bolsonaro e entrega o dinheiro público para sustentar a farra da ultra-direita.

Enquanto estão sendo discutidas isenções bilionárias aos super-ricos, a fortuna dos bilionários brasileiros listados na revista “Forbes” só cresce. O lucro das 10 maiores empresas da Bolsa de Valores segue gigantesco, com mais de R\$ 295 bilhões, só no ano passado. Já os bancos comemoram uma cifra recorde, de R\$ 145 bilhões de lucro, referentes a 2023.

Ao mesmo tempo em que dão bilhões para os grandes empresários, estão mirando os benefícios sociais de um país que ainda convive com fome, miséria e profunda desigualdade social. A defesa das isenções aos bilionários e o corte de benefícios sociais mostram que o Governo Federal e o Congresso Nacional são uma vergonha.

O governo estadual, de Cláudio Castro, indiciado pela Polícia Federal por corrupção, aliado de Bolsonaro, não é diferente. Está marcado por privatizações, estímulos à violência das polícias, ataques aos setores oprimidos, aumento das tarifas e ataques à educação e aos servidores públicos. Responsável por um ataque brutal à assistência estudantil na UERJ.

Castro não tem nenhum pudor em alimentar e elogiar a violência policial que resulta num verdadeiro genocídio ao povo preto e pobre das favelas e periferias.

A educação é atacada. Querem reduzir de 30% para 25% o atual mínimo do orçamento anual do estado para educação. Um corte de cerca de R\$ 10 bilhões que vai impactar toda a rede de ensino. Centenas de professores já foram demitidos ou tiveram reduzida a carga de trabalho. Esse sucateamento prepara a privatização da educação pública através das escolas militares destinadas especialmente para os jovens pobres das periferias.

O Rio de Janeiro é uma cidade rica. Teve em 2023 uma receita superior a R\$ 41 bilhões. Mas não consegue oferecer serviços de saúde de qualidade, fornecer transporte público gratuito e decente, acabar com a fila das creches ou acabar com o déficit habitacional. E não adota qualquer medida para evitar os riscos de uma calamidade ambiental.

Já passou da hora de mudar isso.

Chamamos os trabalhadores, desempregados, autônomos e pequenos comerciantes a construir uma alternativa socialista nestas eleições. Um governo para os de baixo. Um governo apoiado em conselhos dos bairros e dos locais de trabalho, que possam decidir sobre a forma de organização da cidade e como atender as necessidades básicas da maioria da população. Um governo que tenha a coragem de tomar medidas drásticas para deter a atual catástrofe social.

PROPOSTAS PROGRAMÁTICAS DO PSTU PARA A PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

Quando os governantes falam em desenvolvimento econômico, se referem à indústria, ao comércio, aos bancos ou atividades agrícolas. Tratam dos investimentos financeiros, produção, vendas, volume dos negócios, faturamento, ou seja, tratam dos lucros das empresas.

A preocupação não é o desenvolvimento humano e social, se a atividade econômica gerou mais empregos; se os salários pagos são compatíveis com as mínimas necessidades básicas dos trabalhadores; se existe acesso à moradia, transporte e infraestrutura urbana; se o direito à educação e à saúde pública está sendo garantido; enfim, se a atividade econômica desenvolvida na cidade busca preservar o meio ambiente e está servindo para melhorar o nível e a qualidade de vida da maioria da população.

O próprio sistema econômico capitalista, para existir, pressupõe uma contínua expansão da produção de bens e serviços, independentemente da necessidade que as pessoas tenham de consumi-los. Dessa forma, avança cada vez mais sobre a natureza, utilizando-a como fonte de matérias primas e mercantilizando-a, atribuindo valor econômico e transformando em mercadorias recursos fundamentais, como a água, sempre visando o lucro.

Ao privilegiarem o crescimento econômico, mesmo em detrimento do desenvolvimento social, protegem os interesses dos empresários cuja atividade tem como objetivo primeiro o sucesso dos negócios e garantia dos lucros. Não por outro motivo, a atividade empresarial é avessa aos princípios do “risco do negócio” e da “responsabilidade social”.

Assim, quando a economia cresce e/ou a empresa mantém sua competitividade, os empresários comemoram os altos lucros auferidos. Mas quando a economia se retrai, e/ou uma empresa perde posição no mercado, logo tratam de se salvar penalizando o resto da sociedade, em particular dos que vivem do trabalho, os mais necessitados.

Ao invés de assumirem os riscos do negócio, recorrem ao Estado exigindo concessões de todo tipo, como empréstimos, isenções de impostos e reduções fiscais. E, para isso, pagam propinas e/ou determinam as propostas de governo. Dessa forma, desviam os recursos públicos que deveriam ser investidos em áreas sociais como a saúde, educação, moradia, meio ambiente e transporte público, penalizando assim os que mais necessitam.

Quando chegam as crises econômicas, provocadas pela própria concorrência entre as empresas, governos e empresários não titubeiam em descarregar nos ombros dos trabalhadores e servidores públicos. Assim, apesar deles mesmos provocarem as crises, em vez de apertarem seus cintos reduzindo a margem de lucro, tratam de apertar o dos trabalhadores reduzindo/flexibilizando direitos trabalhistas ou mesmo fechando postos de trabalho, liquidando dessa forma com a única fonte de renda dos trabalhadores, além de precarizar o serviço público e, com isso, as condições de vida. Castigam injustamente aqueles que na época das vacas gordas foram os responsáveis pelos altos lucros embolsados pelos empresários.

Os maiores beneficiários de todo esse sistema são as grandes empresas, principalmente as multinacionais, justamente as que mais lucram e, portanto, as que mais deveriam arcar com os riscos do negócio e os compromissos sociais diante da sociedade. Os que menos recebem são justamente os microempresários, os pequenos comerciantes, os pequenos produtores rurais e os trabalhadores autônomos. Sem dúvida, uma verdadeira injustiça social!

O PSTU não confunde crescimento econômico com desenvolvimento social. O direito ao lucro não pode estar acima do direito à vida!

No atual cenário, de crise econômica, política e ambiental, que desnudam a desigualdade social existente em todas as cidades do país, esse debate se torna ainda mais necessário e urgente. O mapeamento de indicadores como renda, escolaridade, raça, taxa de homicídios e expectativa de vida mostram a cidade partida entre os incluídos e os excluídos, predominantemente negros, destinados a ficar nas favelas e periferias, invisibilizados na representação dominante da cidade.

As propostas programáticas do PSTU rompem com esse modelo. Queremos uma cidade que permita o surgimento, o desenvolvimento e a manutenção das relações humanas, onde os trabalhadores e trabalhadoras possam viver com a garantia da saúde, segurança, educação, mobilidade, lazer, cultura, esporte e possam ter e escolher locais dignos de moradia.

1. PROGRAMA EMERGENCIAL DE DEFESA DOS QUE TRABALHAM, CONTRA A DESIGUALDADE SOCIAL E A CATÁSTROFE AMBIENTAL.

A crise econômica e a crise ambiental mostraram a verdadeira cara do sistema econômico e da irresponsabilidade social dos governos. Alegando que querem preservar empregos, destinam todos os recursos para a salvar as empresas, sem exigir que elas mantenham os empregos.

Além disso, a política ambiental é tratada como secundária. Sem nenhum constrangimento, os sucessivos governos municipais vêm abrindo cada vez mais espaço para a atividade empresarial, sem se preocupar com os impactos negativos que causam ao já frágil equilíbrio ecológico.

Temos uma péssima qualidade do ar o que faz aumentar a incidência de doenças respiratórias. O microclima piora sensivelmente a cada ano, ficando mais quente e seco, não apenas pelo aquecimento global, mas também pela ausência de vegetação e ampliação da manta asfáltica. Os corpos d'água estão poluídos pelos dejetos industriais e esgoto doméstico não tratado e ocupações irregulares, muitas delas feitas pelas milícias. Além disso, o assoreamento – depósito de material sólido nos leitos – é volumoso, provocando enchentes em pouco tempo de chuva e afetando a própria qualidade da água.

A busca do lucro afasta a cidade da sustentabilidade, ou seja, do uso dos recursos naturais de forma que possibilite sua existência para a presente e as futuras gerações. Sabemos que o sistema econômico capitalista, não respeita essa necessidade humana. Mas, a tarefa básica da luta ecológica é garantir o livre acesso aos recursos naturais à todos que deles necessitam para viver dignamente.

Ao mesmo tempo, enquanto as grandes empresas escapam do pagamento dos impostos, por benefícios fiscais, sonegação ou ações jurídicas, e se locupletam de verbas públicas através das terceirizações, os que trabalham pagam altos impostos, descontados diretamente nos salários ou inseridos nos produtos que consomem. Mas, esse dinheiro não é destinado para garantir qualidade de vida. Desta forma, os trabalhadores, aqueles que dedicam sua vida para produzir tudo o que existe, ficam afastados de meios básicos de subsistência.

Isso tem que mudar. Os recursos públicos devem ser destinados a preservar o meio ambiente, o planeta e a vida dos trabalhadores e do povo pobre!

Para isso, o PSTU propõe:

- Tarifa ZERO no transporte coletivo.
- Refeição gratuita em restaurantes públicos coletivos.
- Internet grátis em toda a cidade.
- Isenção de IPTU para os moradores de baixa renda e aumento para os imóveis localizados nas ditas áreas nobres. Lutar pela isenção de tarifas de luz e gás.
- Para os DESEMPREGADOS: salário desemprego custeado pelo Município.
- Crédito a juros zero para os pequenos negócios.
- Programa de desenvolvimento da agricultura orgânica, através de incentivos à agricultura familiar, com crédito a juros zero.
- Ampliação dos serviços públicos de preservação ambiental, para controle e fiscalização de emissão de poluentes, revisão da rede de distribuição de água da cidade, a fim de detectar e reparar eventuais vazamentos, proteção e recuperação de mananciais, reciclagem de águas, captação e aproveitamento de águas pluviais, desassoreamento dos rios e corpos d'água, contenção de encostas nas áreas de risco, tratamento integral do esgoto, fiscalização dos lançamentos de efluentes e resíduos industriais nos rios, coleta seletiva de lixo em todo o município, ampliação do aterro sanitário, reavaliação das obras e projetos viários, para adaptá-los às reais necessidades do município, visando a não ocorrência ou redução dos impactos sociais e ambientais, e criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral (parques) e de uso sustentável (APA's), para formar corredores ecológicos entre áreas protegidas.
- Plano de obras públicas para regularização e instalação de infraestrutura de bairros, construção de rede de saneamento básico, moradia, restaurantes coletivos, postos de saúde, creches e escolas.

2. SAÚDE PÚBLICA E DE QUALIDADE PARA OS TRABALHADORES.

A crise sanitária da COVID 19 mostrou a cara do sistema econômico e de nossos governantes. Mas os problemas sanitários estão longe de acabar. Em 2024 a DENGUE ceifou vidas em nossa cidade. E o atendimento à população continua precário.

O problema é sempre o mesmo: a falta de investimento na saúde e terceirização dos equipamentos e serviços.

Esse é só mais uma evidência do descaso dos governantes com a saúde dos trabalhadores e do povo pobre.

Os diversos prefeitos não se preocuparam com a saúde da população. Ao invés de usar o dinheiro dos impostos para investir num sistema público de qualidade, preferem entregar para as mãos do setor privado, as chamadas Organizações Sociais – OS's que, apesar do nome, não tem nada de social, pois têm como único objetivo o lucro.

Todos conhecemos o resultado dessa política: sofrimento para os profissionais de saúde, com baixos salários e más condições de trabalho, e sofrimento para a população pobre, que enfrenta longas filas para consultas e exames.

Isso tem que mudar. Pelo fortalecimento do SUS!

Para isso, o PSTU propõe:

- Saúde pública, gratuita, de qualidade para todos, com acesso universal.
- Reforço imediato do orçamento dos serviços públicos de saúde.
- Distribuição gratuita de medicamentos independente da origem da receita.
- Fim da terceirização/privatização dos serviços municipais de saúde.
- Concurso público imediato para todos os cargos da saúde, especialmente para aqueles que já estão com contratos precários, inclusive médicos, com remuneração digna e capacitação continuada.
- Fortalecimento e ampliação dos CAPs, Clínicas da Família, UPAs municipais, hospitais municipais e dos CNAR's, com equipamentos e equipes multidisciplinares, para que sejam centros de promoção, prevenção, educação, proteção e recuperação da saúde.

3. EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA TODAS AS CRIANÇAS E JOVENS.

Todos dizem que sem educação não há futuro. Mas, apesar de ser “um direito de todos e um dever do Estado”, a escola pública e democrática encontra-se sob múltiplos ataques, com a terceirização dos serviços e precarização imposta aos professores e educadores das creches.

Os problemas na educação no Rio de Janeiro vão desde privatizações, terceirizações, violência nas escolas, até denúncias de corrupção, além das operações policiais que deixam os filhos da classe trabalhadora inúmeros dias sem aula.

A política geral de privatizações é bem clara no que se refere às creches no município, a Secretaria de Educação mantém hoje instituições conveniadas que prestam serviços na área da Educação Infantil, ao passo que são apenas poucas creches mantidas diretamente pela Prefeitura.

Essa lógica serve apenas para transformar um direito em mercadoria sem resolver os problemas da população. Exemplo disso é a atual fila de crianças sem creche no município.

A terceirização alcançou também o setor de alimentação nas escolas. Atualmente, não apenas os serviços de limpeza são terceirizados, mas boa parte das cozinhas e até segurança das escolas.

Além do corte de verbas, o debate ideológico e o privilégio ao empreendedorismo, tenta superar o conhecimento científico.

O PSTU defende educação pública, gratuita, de qualidade, em período integral para todas as crianças e jovens. Que a escola seja laica e democrática, garantindo aos profissionais de educação o direito à liberdade de expressão, para

que participem da implantação de um projeto educacional, elaborado pelos próprios educadores com o apoio de especialistas, que vise a construção de uma educação humanística, criativa e participativa.

Visando a formação integral das crianças e jovens, a escola deve ser um centro educacional, com espaços de esportes, cultura e lazer, para ser o centro de convívio e de formação da juventude e da comunidade. Dessa forma, assegurar que a Arte seja compreendida como área de conhecimento, considerando os estudos das artes visuais, dança, música e teatro como componentes curriculares nos ensinos fundamental e médio, e múltiplas linguagens na educação infantil.

Para isso, todos os recursos orçamentários destinados à educação deverão ser empregados em instituições estatais de ensino situadas no município. E, mesmo os serviços auxiliares, como cozinha, limpeza, segurança e os que vierem a ser necessários, deverão ser executados por instituições públicas municipais ou pela administração direta, por meio de seus servidores.

Para isso, o PSTU propõe:

- Creches e escolas de educação infantil municipais, garantindo vagas, em tempo integral, para todas as crianças até 5 anos.
- Ampliação das vagas em escolas municipais de ensino básico, garantindo vagas, em tempo integral, com as aulas regulares integradas às aulas de reforço, para todos os jovens.
- Assistência Social dirigida a crianças e jovens, para garantir, além de educação, assistência médica e alimentação, e evitar a evasão escolar.
- Inclusão da "educação ambiental" no currículo do ensino municipal.
- Valorização dos profissionais de educação, com plano de carreira, salários dignos, programa de capacitação continuada e plano de carreira.
- Abertura das vagas necessárias à realização do serviço público, com admissão por concurso público.
- Lutar pelo fim das operações policiais nas favelas que deixam nossas crianças sem aulas.

4. TRANSPORTE PÚBLICO É UM DIREITO DOS TRABALHADORES.

Assim como outros serviços essencialmente públicos, o transporte é privatizado e, por isso, antes de atender às necessidades da população, tem como propósito o lucro das empresas de ônibus. O custo da passagem é caro e a frequência dos ônibus é insuficiente. Como se não bastasse o serviço prestado pelo Metrô e pela Supervia, também privatizados, são caros e de péssima qualidade. Com isso, as pessoas que podem optar pelo transporte individual, desgastando as vias públicas e poluindo o ar, o que exige maiores gastos do dinheiro público.

O transporte público deve ser de fato público. Deve atender às necessidades da população e permitir, de forma segura, pontual, confortável e de baixo custo, o fluxo de pessoas entre os diversos bairros da cidade. Com isso, reduzimos o transporte individual e as despesas que ele gera.

Para isso, o PSTU propõe:

- Tarifa ZERO no transporte público.
- Municipalizar o transporte público urbano. A empresa municipal de transporte fornecerá transporte em todos os horários, em todos os lugares e gratuito a todos, por meio de ônibus ou vans.
- Substituir a matriz energética da frota atual de ônibus e veículos oficiais, por fontes limpas e renováveis.
- Lutar pela reestatização do Metrô, Supervia e Barcas.

- Ampliação das ciclovias existentes na cidade, cujo planejamento observará a segurança dos pedestres, a topografia da cidade e, nos locais de difícil acesso a ciclistas, serão construídos estacionamentos apropriados e meios de interligação com os outros meios de transporte.

5. HABITAÇÃO APROPRIADA PARA TODOS.

Além de milhares de famílias, sem moradia adequada, muitos domicílios da cidade estão localizados em ruas com bueiros, sem calçada ou pavimentação a meio-fio, grande parte da população vive nas favelas em condições ultra precárias. A grande carência de moradias na cidade decorre da ausência de uma política adequada para habitação.

Os programas para novas moradias dependem da iniciativa do governo federal, via MCMV. Mas, considerando que a crise econômica em que vivemos está se aprofundando e a solução encontrada pelos governos é a imposição de uma política de austeridade, retirando verbas dos programas sociais, não temos dúvida que os programas habitacionais, que já não atendem à demanda nacional por moradia, ficam seriamente prejudicados.

O governo municipal tem obrigação de reparar essa situação. Deve insistir na cobrança da manutenção e ampliação desses programas, porque não podemos aceitar que a crise econômica seja amenizada com o sacrifício da população trabalhadora. Deve realizar a Reforma urbana, expropriando imóveis abandonados para moradia. E os terrenos do Município devem ser disponibilizados para construção de moradias.

Além disso, deve elaborar um verdadeiro programa habitacional, destinado à população de baixa renda, reconhecer que a população pobre tem direito à cidade e não deve ser jogada na periferia, longe dos bairros centrais, onde já existe serviços públicos, infraestrutura de transporte, iluminação, pavimentação, saneamento. Temos que lembrar que os serviços e equipamentos públicos que já existem foram pagos com o dinheiro dos impostos suportados pelos trabalhadores. E deve fazer a manutenção dos equipamentos públicos existentes, através do serviço público, sem destinar o dinheiro dos impostos para gerar lucros para a iniciativa privada.

Para isso, o PSTU propõe:

- Reforço do orçamento de habitação.
- Plano de habitação para construção de moradias populares, regularização e implantação de equipamentos e serviços públicos nas favelas e bairros considerados irregulares, com reassentamento das famílias residentes em áreas de mananciais e de risco.
- Criação da empresa municipal de saneamento para realização de obras de saneamento e coleta de esgotos.
- Efetuar um levantamento de todos os imóveis públicos que possam ser destinados à construção de casas destinadas à população de baixa renda.
- Efetuar um levantamento de todos os imóveis urbanos que se encontram desocupados ou abandonados, sem cumprir sua função social, visando a desapropriação para fins de habitação.
- O IPTU será progressivo, onerando os imóveis desocupados ou abandonados, beneficiando as famílias de baixa renda e isentando os desempregados.
- Conservação e ampliação de praças e áreas verdes nos bairros, com um maior plantio de árvores urbanas.
- Fim da privatização/terceirização dos serviços de manutenção, obras e meio ambiente, com a contratação de servidores para realização desses serviços, por meio de concurso público.

6. COMBATE À CORRUPÇÃO E AO DESVIO DO DINHEIRO PÚBLICO: DINHEIRO PÚBLICO PARA O SERVIÇO PÚBLICO!!!

O padrão de corrupção e de desvio do dinheiro público é conhecido de todos: o dinheiro dos impostos, que deveria ir para a educação, saúde, moradia de nosso povo pobre, vai para os bolsos de uns poucos privilegiados, principalmente através das terceirizações.

Além dos privilégios dos políticos, com altos salários, plano de saúde, carro com motorista, verba de gabinete para contratar amigos e parentes como assessores.

Depois, tem as licitações dirigidas, as obras desnecessárias, a falta de obras ou serviços públicos necessários ou a precarização dos mesmos.

A forma de esconder essas práticas é a falta de informação ou a informação que ninguém entende.

Isso não pode continuar. Para mudar isso, o PSTU propõe:

- Redução dos salários de prefeito, vice, secretários e vereadores. Eles devem receber salário igual ao de um professor de carreira.
- Fim do plano de saúde privado para os políticos! Eles devem usar o SUS como todos os outros servidores.
- Limitação do orçamento da Câmara Municipal a 1% da arrecadação anual.
- Limitação de 3 assessores comissionados para os cargos executivos (prefeito, vice e secretários) e 1 assessor comissionado para cada vereador.
- Fim da terceirização de serviços públicos. Contratação de servidores por concursos públicos ou processos seletivos e garantia de reajuste salarial anual para servidores.
- Transparência total na administração, com a disponibilização, pela internet, de todos os documentos relativos aos gastos públicos, como compras e fornecedores, licitações, contratações de servidores e fornecimento de todas as informações requeridas por qualquer cidadão.

7. CONSELHOS POPULARES: OS TRABALHADORES E O POVO POBRE COM PODER DE DECISÃO!

Para garantir a execução dessas propostas, o PSTU propõe governar apoiado no Conselho Popular Municipal. O conselho popular será formado por representantes dos trabalhadores, desempregados, autônomos, pequenos comerciantes e da juventude, eleitos diretamente nos locais de trabalho, estudo ou moradia.

Esses representantes não receberão pagamento para isso e poderão deixar de ser representantes a qualquer tempo, se essa for a vontade daqueles que os elegeram.

Ao Conselho Popular Municipal caberá a decisão sobre as políticas públicas e a destinação de 100% do orçamento. O Prefeito do PSTU se compromete em acatar suas decisões, mesmo que não concorde com elas, pois a vontade da maioria do povo é o que será privilegiada no nosso governo.

Só assim, o direito à cidade deixará de ser a continuidade dos privilégios dos mais ricos, para atender às necessidades dos mais pobres.